



DOSSIÊ

Bebês com deficiência no Brasil: um olhar a partir dos programas governamentais e das pesquisas nacionais

Babies with disabilities in Brazil: a look from government programs and national research

Bebés con discapacidad en Brasil: una visión desde los programas de gobierno y de investigación nacionales

Marlene Rozek¹

orcid.org/0000-0001-8740-6166
marlene.rozek@pucrs.br

Gabriela Dal Forno

Martins¹

orcid.org/0000-0001-6278-7302
gabriela.martins@pucrs.br

Recebido em: 28 ago. 2019.

Aprovado em: 14 dez. 2019.

Publicado em: 25 mai. 2020.

Resumo: Este estudo objetivou mapear os programas governamentais e a produção científica brasileira sobre as políticas públicas de inclusão nos três primeiros anos de vida de bebês com deficiência. O levantamento dos programas ocorreu através dos sites dos Ministérios da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, já da produção científica, por meio de uma revisão de teses, dissertações e artigos. Concluiu-se que tanto os programas quanto a literatura direcionam pouca atenção específica à criança de zero a três anos com deficiência. A Assistência Social mostrou-se como o setor que mais tem investido na proposição de programas para esse público, já a Educação, aquele que mais tem publicado estudos no campo, predominantemente sobre políticas de inclusão escolar. Ressalta-se a urgência da proposição e da avaliação de políticas públicas intersetoriais para essa população, que visem a inclusão de forma mais abrangente, proporcionando bases favoráveis para o desenvolvimento do bebê e da criança pequena.

Palavras-chave: inclusão, deficiência, primeiríssima infância, políticas públicas, intervenção precoce.

Abstract: This study aimed to map Brazilian government programs and scientific production on public inclusion policies in the first three years of life. The survey of the programs took place through the websites of the Ministries of Education, Health and Social Development, in turn scientific production through a review of theses, dissertations and articles. We concluded that both programs and literature direct little specific attention to children from zero to three years old with disabilities. Social Assistance seems to be the sector that has invested the most in proposing programs for this public, while Education has published the most studies in the field, predominantly on school inclusion policies. It is emphasized the urgency of proposing and evaluating intersectoral public policies for this population, which aim the inclusion more broadly, providing favorable bases for the development of infants and young children.

Keywords: inclusion, disability, early childhood, public policy, early intervention.

Resumen: Este estudio buscó mapear los programas gubernamentales y la producción científica brasileña en políticas de inclusión pública en los primeros tres años de vida. La encuesta de los programas se realizó a través de los sitios web de los Ministerios de Educación, Salud y Desarrollo Social, y la producción científica a través de una revisión de tesis, disertaciones y artículos. Se concluye que tanto los programas como la literatura prestan poca atención específica a los niños con discapacidades de cero a tres años. La Asistencia Social demostró ser el sector que más ha invertido en proponer programas para este público, mientras que Educación ha publicado la mayoría de los estudios en el campo, principalmente en políticas de inclusión escolar. Hacemos hincapié en la urgencia de proponer y evaluar políticas públicas intersectoriales para esta población, cuyo objetivo es incluir de manera más amplia, proporcionando bases favorables para el desarrollo de bebés y niños pequeños.

Palabras clave: inclusión, discapacidad, niñez muy temprana, políticas públicas, intervención temprana.



¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Introdução

O presente estudo teve como objetivo mapear os programas governamentais e a produção científica brasileira sobre o tema das políticas públicas de inclusão nos três primeiros anos de vida de bebês com deficiência; refletindo, especialmente, sob qual perspectiva esse tema vem sendo abordado no País. Entende-se que o mapeamento dos programas e da literatura científica são complementares para que se alcance o objetivo proposto, uma vez que a discussão sobre a temática ainda é bastante recente no país e exige quadros de análise mais abrangentes.

Partiu-se do pressuposto de que políticas de inclusão visam garantir condições de acessibilidade e de participação ativa na sociedade a todos os sujeitos que historicamente vêm sendo excluídos desses direitos, em função de sua cor, etnia, gênero, classe social, deficiência e/ou grupo geracional, entre outros (Freire, 2008). Nesse sentido, a inclusão, de um ponto de vista ético, pauta-se no compromisso em garantir direitos em diferentes esferas da vida, como a saúde, a educação, a renda, o lazer, entre outros.

Dentro desse escopo mais amplo, situam-se as políticas de inclusão voltadas às pessoas com deficiência. A partir de 2015, com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), ficou estabelecido, em seu artigo 1.º, o compromisso do país em "assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania".

Por pessoa com deficiência, considerou-se, nesse mesmo documento, aquelas que possuem "impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (Art. 2.º). Essa definição está apoiada na concepção de deficiência proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2003), a qual baseia-se na trilogia *deficiência, atividade e participação* (OMS, 2003). Entende-se que a

deficiência deve ser definida, necessariamente, considerando a complexa rede de mútua influência entre elementos biológicos, sociais, psíquicos e ambientais. A inacessibilidade às estruturas físicas do mundo, a pobreza extrema, a falta de água potável, saneamento básico e outros diversos fatores devem ser levados em consideração quando se espera conceituar a deficiência e analisá-la.

Para a OMS, "as pessoas são vistas como deficientes pela sociedade e não devido a seus corpos" (OMS, 2012, p. 4), ideia que desloca o entendimento da deficiência somente do alvo médico e biológico e coloca-a em uma perspectiva social e de interação, tratando a deficiência como um contínuo, muito variável, e não como um grupo separado e homogêneo:

A experiência de deficiências resultantes da interação de problemas de saúde, fatores pessoais, e fatores ambientais varia muito. As pessoas com deficiência são diferentes e heterogêneas, enquanto que os pontos de vista estereotipados da deficiência enfatizam os usuários de cadeiras de rodas e alguns poucos outros grupos "clássicos" tais como os cegos e os surdos. (OMS, 2012, p. 8).

Partindo desses pressupostos, entende-se que a condição de deficiência poderá ser afetada pela sobreposição de diferentes fatores de risco. A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), nesse sentido, aponta que "são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência" (Art. 5º, parágrafo único). De acordo com o Relatório Situação Mundial da Infância (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2013), para um número imenso de crianças com deficiência, a oportunidade de participar simplesmente não existe. Com enorme frequência, crianças com deficiência estão entre as últimas a receber recursos e serviços, principalmente, nos locais onde tais recursos e serviços já são escassos. Da mesma forma, são objeto simplesmente de pena ou, ainda pior, de discriminação e abusos.

De modo a enfrentar essa realidade, a UNICEF propõe, como arcabouço mais amplo no qual diferentes estratégias se ancorariam, a

“Reabilitação baseada na comunidade” (RBD), proposta que foi desenvolvida pela OMS no final da década de 1970 e que visa transferir a responsabilidade dos cuidados em instituições e por especialistas para os cuidados dentro das comunidades (UNICEF, 2013). Isso implica no investimento para viabilizar o acesso e elevar a qualidade de vida nas comunidades locais, incluindo toda a gama de serviços fundamentais (Saúde, Educação, Assistência Social, e outros). Substitui-se, portanto, uma lógica de segregação por uma lógica de inclusão.

Nessa perspectiva, quanto mais cedo se possibilita ao sujeito com deficiência o acesso a esses recursos, maior será o impacto em sua qualidade de vida, daí a relevância de Programas de Intervenção Precoce que visem a não só detectar a condição de risco, mas também a intervir diante dela (UNICEF, 2013; BRASIL, 2015). Entende-se por Intervenção Precoce o conjunto de serviços/recursos para crianças em idades precoces e suas famílias, incluindo qualquer ação realizada quando a criança necessita de apoio para: assegurar e incrementar seu desenvolvimento pessoal, fortalecer as autocompetências da família e promover a sua inclusão social (European Agency for Development in Special Needs Education, 2005). Essas ações devem ser realizadas através de abordagem centrada na família e não possuem caráter de reabilitação (Almeida, 2004; Carvalho et al., 2016; European Agency for Development in Special Needs Education, 2005; Fernandes, Serrano, Della, & Barba, 2016).

Uma abordagem centrada na família pressupõe que a intervenção deve ter como objetivo prover ou mobilizar apoios e recursos para as famílias, recursos esses provenientes de redes sociais formais ou informais, os quais, direta ou indiretamente, podem contribuir para melhorar o funcionamento dos pais, da família e o desenvolvimento da criança (Dunst & Trivette, 2009). Destaca-se, nessa definição, a família como centro da intervenção, já que essa é o primeiro contexto natural de vida da criança, no qual ela deverá, antes de tudo, ser incluída. Além disso, fica claro que, assim como na RBD, o objetivo da Intervenção Precoce é a inclusão

social e não um trabalho focado somente na criança e em sua patologia (Pereira & Serrano, 2010). Como consequência, programas de Intervenção Precoce requerem uma abordagem metodológica complexa, que envolva diferentes setores e profissionais articulados entre si e com a família (Almeida, 2004; Franco, 2007; Pereira & Serrano, 2010).

Essa perspectiva também está prevista no recente Marco Legal da Primeira Infância, publicado, no Brasil, através da Lei n.º 13.257, em 2016, cujo objetivo é estabelecer os princípios e as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para os seis primeiros anos de vida da criança. Dentre diversos aspectos propostos por essa Lei, destaca-se a necessária articulação das ações setoriais visando o atendimento integral da criança, assim como a priorização das famílias e crianças com deficiência nas políticas públicas (Brasil, 2016).

Como é possível perceber, o período de zero a seis anos tende a ser tratado de forma homogênea nas discussões sobre políticas públicas para a infância. No entanto, além de evidências científicas apontarem para especificidades dos três primeiros anos de vida e de seu impacto no desenvolvimento posterior (Young, 2010), há indícios de que, no Brasil, assim como em outras partes do mundo, esse período talvez seja o menos coberto em termos de políticas públicas educacionais em geral (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal IFMCSV, 2018), assim como políticas de inclusão, em particular (Vitta, Silva, & Zaniollo, 2016). Por um lado, isso se justifica por não ser obrigatória a matrícula de crianças nessa faixa etária na creche (Brasil, 1996) e por não haver vagas suficientes para essas crianças nas creches públicas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, 2018), mas, também, é possível que isso ocorra por disputas políticas e ideológicas que competem em relação à qual seria a melhor estratégia para apoiar o desenvolvimento dessas crianças (Fonseca, 2012).

Considerando tais pressupostos, orientações e toda a legislação já vigente no Brasil, buscou-se nesse estudo mapear os programas e a literatura científica sobre o tema das políticas públicas de

inclusão voltadas a crianças com deficiência de zero a três anos. De forma particular, o estudo visou, também, refletir sobre as concepções de inclusão que embasam tais programas e estudos científicos; identificar quais setores direcionam mais atenção a esse público; verificar se, nos moldes aqui apresentados, vislumbram-se iniciativas de Intervenção Precoce; e, por fim, analisar lacunas e oportunidades para novos investimentos políticos e científicos no campo.

Programas governamentais para crianças de zero a três anos nos campos da Saúde, da Educação e da Assistência Social

O processo metodológico para o mapeamento dos programas governamentais envolveu três etapas. Inicialmente, realizou-se uma busca mais ampla através da ferramenta de busca nos sites dos Ministérios da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social. Utilizaram-se as palavras-chave "inclusão" e "deficiência", visando selecionar qualquer documento federal que envolvesse essas temáticas, ainda sem especificar a faixa etária. Nesse momento, leis, decretos, resoluções, cadernos, orientações técnicas, entre outros foram encontrados e, na segunda etapa, foram lidos um a um, visando selecionar somente aqueles voltados ao público de zero a seis anos. Finalmente, na última etapa, selecionaram-se somente os documentos que descreviam programas em âmbito federal que envolvessem as crianças com deficiência de zero a três anos (não necessariamente de forma exclusiva) e que propusessem serviços ou ações voltadas a elas.

Ainda que vários programas não tivessem como foco principal a inclusão, optou-se por selecionar todos aqueles que citavam a criança com deficiência, visando, após, refletir sobre a perspectiva de deficiência adotada e a concepção de intervenção proposta. Ressalta-se, porém, que o objetivo não foi aprofundar a análise de cada programa, mas fornecer um panorama geral daqueles que de alguma forma aproximam-se da temática da inclusão. É provável, também, que nem todos os programas tenham sido aqui mapeados, considerando eventuais limites dos sites

dos Ministérios ou, então, falhas na sua localização.

A Tabela 1 apresenta todos os programas selecionados, organizados por Ministério, bem como os principais marcos legais que os instituíram, sempre ordenados do mais antigo ao mais atual. Além da leitura na íntegra desses marcos legais, foram também analisados cadernos, manuais de orientações técnicas e outros documentos que os Ministérios disponibilizam em seus sites, visando descrever os referidos programas.

No âmbito da Saúde, quatro programas foram localizados, cujas datas de criação variaram entre 2001 e 2012. Dentre os quatro localizados, um deles é específico para crianças entre zero e três anos (Programa Nacional de Triagem Neonatal, 2001) e os demais incluem ou mencionam ações voltadas a esses sujeitos, porém, não exclusivamente. No caso do Programa Saúde na Escola (2007), pressupõe-se a inserção dessas crianças, uma vez que ele abrange todas as etapas do sistema educacional, portanto, também a Educação Infantil, que atende crianças de zero a cinco anos e 11 meses. Porém, na descrição desse Programa, em nenhum momento há referência específica às crianças com deficiência nessa etapa educacional.

De maneira geral, os quatro programas localizados no Ministério da Saúde focalizam, prioritariamente, a detecção precoce de riscos ou deficiências, enfatizando a importância da prevenção e, em caso de detecção, do adequado acompanhamento e intervenção. Como não há maior detalhamento em nenhum dos programas a respeito de como devem ser realizados, tanto a detecção, quanto a intervenção, não é possível identificar qual a concepção de deficiência e de intervenção proposta. Ressalta-se que não foram encontrados documentos auxiliares que detalham essas informações, o que indica que os programas muito mais apoiam legalmente ações nesse sentido, mas pouco instrumentalizam os profissionais sobre como as realizarem.

A situação mostrou-se um pouco diferente no que diz respeito aos programas localizados no Ministério do Desenvolvimento Social. Além do maior número (oito ao total), em alguns casos ações mais específicas foram indicadas e detalhadas.

TABELA 1 – Programas governamentais que incluem crianças de zero a três anos com deficiência, localizados através do site do Ministério da Saúde. Desenvolvimento Social e Educação

Programas	Documentos oficiais que instituíram os Programas
<i>Ministério da Saúde</i>	
Programa Nacional de Triagem Neonatal	Portaria n.º 822 de 2001
Programa Saúde na Escola	Decreto Presidencial nº 6.286 de 2007
Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência	Portaria n.º 793 de 2012
Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência	Lei n.º 12.715 de 2012
<i>Ministério do Desenvolvimento Social</i>	
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Portaria n.º 78 de 2004, transformado em Serviço pelo Decreto n.º 5.085
Programa de Acompanhamento e Monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC	Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/ SEDH n.º 18 de 2007
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Resolução CNAS n.º 109 de 2009
Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	Resolução CNAS n.º 109 de 2009
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Resolução CNAS n.º 109 de 2009
Serviço de Acolhimento Institucional	Resolução CNAS n.º 109 de 2009
Programa Brasil Carinhoso	Lei n.º 12.722 de 2012, alterado em 2016 pela Lei n.º 13.348, que incluiu crianças com deficiência no Programa
Programa Criança Feliz	Decreto n.º 8.869 de 2016
<i>Ministério da Educação</i>	
Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais	Portaria Normativa n.º 13 de 2007
Programa Escola Acessível	Decreto n.º 6.571 de 2008
Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial	Não localizado

Fonte: Elaborado pelas autoras com informações dos sites do Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania e Ministério da Educação (2019).

Os programas localizados datam de 2004 a 2016, sendo três deles específicos para o público das pessoas com deficiência (Programa de Acompanhamento e Monitoramento do

acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), 2007; Serviço de Proteção Social Básica no

Domicílio para pessoas com deficiência e idosas, 2009; e Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, 2009). No entanto, apesar desse foco, esses acabam por não enfatizar ações específicas para crianças de zero a três anos. Isso acontece de forma mais direta nos cinco outros programas encontrados que, mesmo sendo direcionados a um público mais amplo, incluem crianças de zero a seis anos com deficiência, e suas famílias como públicos prioritários das ações, considerando a potencial situação de vulnerabilidade que a deficiência pode ocasionar.

É interessante que, a maior parte desses cinco programas, visa fortalecer e qualificar ambientes naturais de vida das crianças, dentre esses a família (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, 2004; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 2009; Programa Criança Feliz, 2016), a escola (Programa Brasil Carinhoso, 2012) e, ainda que de forma provisória, a instituição de acolhimento (Serviço de Acolhimento Institucional, 2009). Nos mesmos, também, se enfatizam especificidades dos três primeiros anos de vida, em especial, o desafio do diagnóstico da deficiência para a família, considerando que essa precisa se reorganizar para acolher e apoiar o novo membro em suas necessidades particulares.

Dessa forma, seja através de encontros coletivos ou visitas domiciliares, é possível afirmar que esses programas parecem mais alinhados a uma abordagem de Intervenção Precoce centrada na família (Dunst & Trivette, 2009; McWilliam, 2003), cuja natureza não é de reabilitação, focada somente na criança, mas de inclusão socioeducacional, na medida em que visa garantir direitos mais amplos da criança (Carvalho et al., 2016). Muito embora se reconheça que a reabilitação também pode contribuir com os processos de desenvolvimento das crianças, já se sabe, atualmente, que experiências cotidianas, repetidas e mais prolongadas, que normalmente ocorrem em contextos naturais de vida das crianças, possuem maior impacto no desenvolvimento humano, seja esse positivo ou negativo (Carvalho et al., 2016;

Serrano, Pereira, & Carvalho, 2003).

Essa concepção, bastante influenciada pelo Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner & Morris, 1998) e pelo Modelo de Desenvolvimento Transacional (Sameroff & Mackenzie, 2003), tem sido a base para a defesa de programas de Intervenção Precoce que visam fortalecer e enriquecer os contextos naturais, que envolvem a família e seu entorno, incluindo a rede de apoio mais próxima, mas também recursos e serviços da comunidade mais ampliada (Almeida, 2004; Dunst & Trivette, 2009). Isso, inclusive, vai ao encontro da própria concepção de deficiência proposta pela OMS (2003) e pela legislação brasileira (Brasil, 2015), que integram o contexto como fator determinante na produção das deficiências ou no seu agravo.

Estudos têm evidenciado que esse modelo de intervenção, já implementado em outras partes do mundo, tem um impacto positivo em pelo menos cinco aspectos: nas crenças de autoeficácia dos pais/cuidadores, no seu bem-estar, em suas práticas educativas com a criança, no funcionamento geral da família e, mais importante, no desenvolvimento da criança (Dunst & Trivette, 2009). Esses autores, porém, enfatizam, que, um dos aspectos-chave para o sucesso da Intervenção Precoce é a qualidade do apoio prestado às famílias, o que passa, dentre outros aspectos, por um grande protagonismo da família em todo o processo, desde a solicitação e aceite por receber a ajuda, até por delimitar suas preocupações e prioridades dentro do processo de intervenção.

Finalmente, foram localizados três programas no site do Ministério da Educação. Ressalta-se, primeiro, que foi preciso analisar com mais cautela esses três programas, já que houve maior dificuldade de localizar documentos no site do Ministério da Educação. Optou-se, assim, por incluir somente aqueles que estavam disponíveis no site e que de forma bastante clara incluíam as crianças de zero a três anos com deficiência em seu escopo. Todos eles, de alguma forma, associam-se à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a qual, ainda em vigor, organiza as

políticas para sujeitos com deficiência no âmbito da educação brasileira.

Nenhum dos programas traz informações específicas sobre ações voltadas para crianças de zero a três anos com deficiência, ainda que as inclua como público-alvo. Isso fica subentendido, considerando que esses sujeitos são atendidos na primeira etapa da Educação Básica, que compreende a creche (para crianças de zero a três anos) e a pré-escola (para crianças de quatro e cinco anos). Apesar disso, no documento da Política de 2008 (Brasil, 2008), assim como no relatório final da Conferência Nacional de Educação de 2010 (CONAE, 2010), menciona-se que o AEE (Atendimento Educacional Especializado), do nascimento aos três anos, deve ocorrer por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de Saúde e Assistência Social.

No entanto, o Ministério da Educação não lançou nenhum programa específico para dar conta dessa orientação, de modo que não é possível compreender a concepção de Intervenção Precoce ali proposta. Além do mais, como apontam Vitta, Silva e Zaniolo:

Se por um lado, tal documento avança apontando para a necessidade de oferecer um atendimento educacional especializado e de desenvolver ações intersetoriais com intuito de buscar garantir educação para todos e em todos os níveis, por outro lado, parece remeter às áreas da saúde e da assistência social o atendimento a essas crianças e àquelas em situação de vulnerabilidade social, principalmente quando se refere a educação de zero a três anos. (Vitta, Silva, & Zaniolo, 2016, p. 21).

Talvez essa questão seja ainda mais reforçada, considerando que, a partir de 2016, tornou-se obrigatória, no Brasil, a matrícula de crianças a partir dos quatro anos na Educação Infantil, o que parece contribuir para um maior investimento das políticas de inclusão para os sujeitos com deficiência a partir dessa faixa etária. Isso fica claro no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Brasil, 2014), o qual, na meta 4, prevê universalizar para sujeitos de quatro a 17 anos

com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Importante mencionar que já houve no Brasil maior detalhamento sobre o trabalho educacional específico com crianças com deficiências de zero a três anos, através, por exemplo, do documento "Diretrizes Educacionais sobre Intervenção Precoce" (Brasil, 1995), cuja elaboração foi liderada pela então Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Da mesma forma, em 2000, foi lançado o documento "Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais" (Brasil, 2000). Sem questionar aqui as concepções de deficiência e de Intervenção Precoce subjacentes a esses documentos, verifica-se, de certa forma, um recuo do Ministério da Educação no sentido de apontar programas e diretrizes específicas para crianças de zero a três anos.

Dessa forma, quando se analisam em conjunto os programas dos três Ministérios, aqueles propostos pela Educação estão em menor número, mas também com raras especificidades no que diz respeito às crianças de zero a três anos com deficiência. É possível que isso reflita que a estratégia para dar conta das necessidades desse público no âmbito da Educação seja elevar a qualidade geral dos programas de Educação Infantil para todas as crianças, inclusive aquelas com deficiência. No entanto, como bem pontuam Vitta, Silva e Zaniolo (2016), historicamente, no país, a Educação Infantil e ainda mais a creche, enfrentam dificuldades diversas, que vão desde a definição de seus objetivos, dinâmicas, financiamento, formação dos profissionais, entre outros, o que pode colocar ainda em maior risco a situação das crianças com deficiência.

De todos os 15 programas identificados, quatro deles possuem natureza interministerial e/ou intersetorial (Programa Saúde na Escola; Programa de Acompanhamento e Monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de

Prestação Continuada da Assistência Social; Programa Brasil Carinhoso; e Programa Criança Feliz). A partir das leituras dos documentos que os descrevem, não foi possível identificar de maneira clara a natureza da relação que se prevê entre os setores, se somente em nível de compartilhamento de responsabilidades financeiras e/ou também quanto à articulação das ações junto ao público-alvo. O Programa Criança Feliz é aquele que evidencia de maneira mais clara a intersetorialidade, uma vez que está ancorado nos princípios do Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016), o qual prevê, em seu Artigo 6.º, que a "Política Nacional Integrada para a primeira infância será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância". Essa é uma necessidade bastante urgente evidenciada pelo mapeamento dos programas, que se mostram bastante pontuais e desarticulados, tanto internamente a cada setor, quanto entre os setores.

Produção científica brasileira sobre o tema das políticas públicas de inclusão nos três primeiros anos de vida

Considerando que a discussão em torno da temática do presente estudo ainda é bastante recente em nosso país, optou-se por mapear teses, dissertações e artigos através dos seguintes bancos de dados: Scielo, Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Banco de Teses da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A busca foi efetuada em agosto de 2018, através do descritor "política", sempre combinado com os seguintes descritores: "criança com deficiência"; "criança com necessidades educativas especiais"; "criança com necessidades educacionais especiais"; "infância AND deficiência"; "infância AND NEE (educativas e educacionais)"; "intervenção precoce"; "estimulação precoce"; "atenção precoce"; "psicopedagogia inicial"; "inclusão AND criança com deficiência"; "inclusão AND infância".

O número elevado de descritores se justifica pelo fato de não haver consenso a respeito dos conceitos utilizados para se referir à temática da inclusão de zero aos três anos (Marini, Lourenço, & Della Barba, 2017). Assim, optou-se por utilizar todos esses termos de modo a realizar uma busca ampla inicial, a qual posteriormente, foi refinada através da leitura de cada um dos estudos encontrados. Foram selecionados somente estudos que focalizavam a população de crianças de zero a três anos com deficiência (de forma exclusiva ou como parte de uma faixa etária mais ampla) e que discutiam políticas públicas de inclusão para essa faixa etária, independente se a política estava mais alinhada à Educação, à Saúde, à Assistência Social ou outros setores. Estudos que focalizavam intervenções pontuais (relatos de experiência em uma instituição, estudos de caso com crianças com deficiência em um serviço, por exemplo) ou percepções/ideias/concepções de profissionais sobre a inclusão sem discutir as políticas públicas não foram incluídos.

Ao total, foram identificadas 18 publicações, cujas principais características estão apresentadas na Tabela 2. Foram localizadas duas teses, 13 dissertações e três artigos. Os trabalhos foram publicados entre 2009 e 2018. No que diz respeito à instituição de origem dos autores, em nove casos envolveram autores ligados a universidades federais, em seis a universidades estaduais e, em três, universidades privadas.

As publicações foram produzidas por 14 mestres e quatro doutores, e suas titulações por área se organizaram da seguinte forma: 11 mestres em Educação, um mestre em Serviço Social, um mestre em Distúrbios do Desenvolvimento e um mestre em Políticas Públicas; um doutor em Educação, uma doutora em Políticas Públicas e Formação Humana, uma doutora em Educação Especial e uma doutora em Política Social e Direitos Humanos.

Dos 18 estudos identificados, 17 deles discutiram políticas públicas no âmbito da Educação e apenas um no âmbito da Assistência Social (nenhum no âmbito da Saúde). Já como contextos de aplicação das políticas, houve um predomínio da escola (n= 16). Em apenas uma

dissertação focalizou-se a escola em articulação com um serviço especializado externo e em uma tese o contexto foram instituições de acolhimento.

Importante ressaltar que, dos 18 estudos, apenas dois focalizaram exclusivamente as políticas públicas voltadas a crianças com deficiências de zero a três anos. Os demais realizaram uma abordagem mista: ou incluíram essa população dentro de uma faixa etária maior (zero aos cinco anos) ou a incluíram de forma parcial (três aos cinco anos).

Tendo como ponto de partida os objetivos dos estudos, realizou-se uma categorização dos mesmos, de modo a identificar seus temas predominantes. A maioria dos estudos (n=10) buscou descrever diferentes *realidades de implementação da política de Educação Inclusiva para a Educação Infantil*, seja em âmbito municipal, estadual ou até federal. Esses estudos tinham como objetivo caracterizar como a política vinha sendo implementada nessas realidades, com foco nos avanços e desafios encontrados. De maneira semelhante, mas com foco maior da discussão da garantia de direitos, três publicações se dedicaram à *discussão sobre limites e alcances no sistema de garantia de direitos das crianças com deficiência*, focalizando, através da análise de legislações e estatísticas, as condições de acesso e de permanência da criança aos serviços previstos.

Ainda, quatro publicações, de forma mais pontual, fizeram uma análise sobre o *lugar da criança com deficiência nas legislações a partir de uma análise histórica*, sendo aqui a discussão mais centrada não na implementação da política ou na garantia de direitos, mas nas transformações na concepção de deficiência e de criança que foram sendo empregadas na legislação nacional. Finalmente, uma única publicação focalizou, de forma mais específica, a *avaliação de políticas públicas de Educação Inclusiva*, através de um estudo sobre os indicadores de qualidade na Educação Infantil relacionados à criança com deficiência.

É notável que, diferente do que se verificou com relação aos programas governamentais, a Educação tem sido o setor mais saliente no que diz respeito às publicações científicas relacionadas

às políticas públicas de inclusão para as crianças com deficiência de zero a três anos. Isso pode demonstrar que, se, por um lado, os programas educacionais para essa população não são tão específicos e numerosos, por outro, há um grande interesse por parte dos profissionais da Educação por investigar como a política de Educação Inclusiva vem sendo implementada nos primeiros anos de vida dentro das escolas. Dessa forma, pode-se pensar que não basta estarem previstos programas específicos, se os profissionais que estão na ponta e/ou os investigadores não se mostram sensíveis e envolvidos com sua implementação e avaliação, como parece ser o caso da Saúde e da Assistência Social.

Porém, ainda assim, é preciso pontuar que o contexto de aplicação das políticas discutidas nas publicações foi, em sua grande maioria, a escola de Educação Infantil, o que indica, claramente, que o foco está restrito às políticas de inclusão escolar e não nas políticas de Intervenção Precoce, que envolvem a escola, mas também outros contextos relevantes de vida das crianças, em especial, a família. Esse resultado já era esperado, considerando que não há no país, uma política governamental específica nesse sentido, muito embora, como evidenciado no mapeamento dos programas, haja outros programas semelhantes, no âmbito da Assistência Social, que se aproximam dessa concepção.

Além disso, o fato de não se ter encontrado nenhum estudo a respeito de políticas de Intervenção Precoce pode refletir que esse campo, de forma geral, ainda é pouco explorado cientificamente no país, conforme apontam os estudos de Fernandes, Serrano e Della Barba (2016) e Marini, Lourenço, Della Barba (2017). Além de terem identificado poucos estudos no campo, também verificaram que eles partem de um modelo centrado na deficiência e no trabalho individual realizado com a criança por especialistas (Fernandes, Serrano, & Della Barba, 2016), focalizando práticas de estimulação de habilidades, em uma abordagem predominantemente clínica (Marini, Lourenço, & Della Barba, 2017).

TABELA 2 – Teses, dissertações e artigos sobre o tema das políticas públicas de inclusão para crianças de zero a três anos no Brasil

Título (autores, ano)	Tipo	Tema	Exclusivo o a 3 anos	Sector responsável pela política	Contexto de aplicação da política
Educação Infantil e atendimento educacional especializado: configurações de serviços educativos no Brasil e na Itália (MEIRELLES, 2016)	Tese	Realidades de implementação da política de Educação Inclusiva para a Educação Infantil	Não	Educação	Escola
O acesso de crianças e adolescentes com deficiência à proteção social: um estudo em serviços de acolhimento institucional (BASTOS, 2018)	Tese	Discussão sobre limites e alcances no sistema de garantia de direitos das crianças com deficiência	Não	Assistência Social	Acolhimento institucional
A garantia do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Westphalen (OLIVEIRA, 2009)	Dissertação	Discussão sobre limites e alcances no sistema de garantia de direitos das crianças com deficiência	Não	Educação	Escola
As políticas de Educação Inclusiva para a Educação Infantil no Brasil - anos 2000 (LÓPEZ, 2010)	Dissertação	Lugar da criança com deficiência nas legislações/ análise histórica	Não	Educação	Escola
Indicadores da qualidade na educação infantil relacionados à criança com deficiência (MIRANDA, 2010)	Dissertação	Avaliação de Políticas Públicas de Educação Inclusiva	Não	Educação	Escola
Os fundamentos psicológicos da Educação Infantil e da Educação Especial na organização da rede municipal de ensino de Florianópolis (2000-2010) (KUHNNEN, 2011)	Dissertação	Realidades de implementação da política de Educação Inclusiva para a Educação Infantil	Não	Educação	Escola
Educação Especial e Educação Infantil: uma análise de serviços especializados no Município de Porto Alegre (BENINCASA, 2011)	Dissertação	Realidades de implementação da política de Educação Inclusiva para a Educação Infantil	Não	Educação	Escola e Serviços Especializados
O atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais em creches e pré-escolas da rede municipal na cidade de São Luís-MA (BATISTA, 2012)	Dissertação	Realidades de implementação da política de Educação Inclusiva para a Educação Infantil	Não	Educação	Escola
A inclusão de crianças com deficiência intelectual em creches e pré-escolas: dificuldades e possibilidades (PINHEIRO, 2015)	Dissertação	Realidades de implementação da política de Educação Inclusiva para a Educação Infantil	Não	Educação	Escola

Título (autores, ano)	Tipo	Tema	Exclusivo 0 a 3 anos	Setor responsável pela política	Contexto de aplicação da política
Políticas de Inclusão Escolar na Educação Infantil: um Estudo no Município de Cariacica-ES (Oliveira, 2015)	Dissertação	Realidades de implementação da política de Educação Inclusiva para a Educação Infantil	Não	Educação	Escola
O processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil: desafios da prática pedagógica (Monteiro, 2015)	Dissertação	Realidades de implementação da política de Educação Inclusiva para a Educação Infantil	Não	Educação	Escola
Políticas públicas de inclusão na educação infantil: um estudo em creches do município de Franca (Ferreira, 2016)	Dissertação	Realidades de implementação da política de Educação Inclusiva para a Educação Infantil	Não	Educação	Escola
Política paulistana de Educação Especial e Infantil para crianças pequenas público-alvo da Educação Especial (Ribeiro, 2016)	Dissertação	Realidades de implementação da política de Educação Inclusiva para a Educação Infantil	Não	Educação	Escola
Primeira infância e situações de deficiências: elementos para uma análise do (não) direito à educação (Silva, 2017)	Dissertação	Lugar da criança com deficiência nas legislações/ análise histórica	Não	Educação	Escola
Deficiência física neuromotora: um estudo das políticas e seus desdobramentos na Educação Infantil (Júnior, 2018)	Dissertação	Realidades de implementação da política de Educação Inclusiva para a Educação Infantil	Não	Educação	Escola
Infância e Deficiência no Brasil: Uma História de Ocultação e Silenciamento (Oliveira, 2011)	Artigo	Lugar da criança com deficiência nas legislações/ análise histórica	Não	Educação	Escola
Plano Nacional de Educação e Educação Especial (Souza & Prieto, 2016)	Artigo	Lugar da criança com deficiência nas legislações/ análise histórica	Sim	Educação	Escola
Educação da criança de zero a três anos e Educação Especial: Uma leitura uma leitura crítica dos documentos que norteiam a Educação Básica (Vitta, Silva, & Zaniollo, 2016)	Artigo	Discussão sobre limites e alcances no sistema de garantia de direitos das crianças com deficiência	Sim	Educação	Escola

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados levantados na pesquisa (2019)

Considerações finais

O presente estudo buscou mapear os programas governamentais e a literatura científica sobre o tema das políticas públicas de inclusão voltadas a crianças com deficiência de zero a três anos. A partir disso, pretendia-se refletir sobre as concepções de inclusão que embasam tais programas e estudos científicos; identificar quais setores direcionam maior atenção a esse público; verificar se a Intervenção Precoce tem sido pauta dos programas e estudos; e analisar lacunas e oportunidades para novos investimentos políticos e científicos no campo.

O mapeamento indicou que, muito embora exista um número considerável de programas que incluem a criança de zero a três anos com deficiência, raros são aqueles que propõem uma abordagem específica a esse público. Essas crianças, portanto, permanecem invisíveis nos documentos que apresentam os programas ou, quando são mencionadas, propõem-se ações bastante genéricas que não explicitam seu objetivo e procedimentos de maneira clara. Por exemplo, afirma-se a importância da "intervenção precoce", da "atenção na primeira infância", do "tratamento adequado das crianças diagnosticadas e o suporte às famílias conforme as necessidades", do "atendimento educacional especializado que se expressa por meio de serviços de intervenção precoce". No entanto, não é possível compreender a natureza dessas abordagens.

Pelo teor dos documentos, acredita-se que muitos ainda estejam vinculados a abordagens mais clínicas, as quais, segundo Marini, Lourenço e Della Barba (2017), são "pautadas na identificação e intervenção sobre condições de desvio no desenvolvimento, privilegiando a atenção sobre as incapacidades da criança" (p. 461), incluindo pouco as famílias e as comunidades. Nesse tipo de abordagem, o trabalho dos profissionais tende a ser de natureza mais individual e disciplinar do que intersetorial, o qual pressupõe uma atuação interdisciplinar ou transdisciplinar (Franco, 2007).

É importante frisar, no entanto, que alguns programas parecem se diferenciar dessa abordagem, sendo todos eles mais diretamente vinculados ao Ministério do Desenvolvimento

Social. Esses fazem um grande esforço por se vincularem mais a uma abordagem baseada na participação, a qual, segundo Marini, Lourenço e Della Barba (2017), busca incorporar os serviços à vida cotidiana da família, criando oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem para a criança nesse contexto, em especial, através da valorização e da promoção de competências dos cuidadores.

Do ponto de vista da revisão da literatura científica, chamou atenção o fato de os estudos serem bastante recentes, o que se justifica, talvez, em função de as próprias políticas públicas existentes no país para esse público também serem relativamente novas. Por outro lado, é possível que a temática da inclusão de crianças de zero a três anos com deficiência esteja sendo mais explorada não a partir do viés das políticas públicas, mas a partir de estudos mais pontuais, que visam, por exemplo, caracterizar a experiência das famílias, as práticas inseridas a programas específicos etc.

Dentre os estudos encontrados, destacaram-se, de forma bastante contundente, os trabalhos no campo da Educação, sendo quase todos eles relacionados a políticas públicas de inclusão escolar, sem focalizar as crianças de zero a três anos exclusivamente. Isso sugere que há, talvez, um maior interesse científico do campo da Educação por avaliar as experiências de implementação das políticas propostas pelo governo. No entanto, talvez, o foco na inclusão escolar e não na Intervenção Precoce possa refletir a própria falta de especificidade da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que sugere a Intervenção Precoce para a faixa etária de zero a três anos, mas não indica seu objetivo e a forma como essa deveria se estruturar.

Conclui-se, finalmente, que esforços conjuntos da comunidade científica e de gestores públicos são urgentes no sentido de ampliar iniciativas de avaliação dos programas e ações já existentes em nosso país, com vistas à proposição e avaliação de novas ou reformuladas políticas públicas intersetoriais para crianças de zero a três anos com deficiência. Tais políticas precisam caminhar rumo

a uma abordagem mais ampla, que supere um olhar clínico e individual à criança e avance rumo a um real trabalho de inclusão socioeducacional.

Referências

Almeida Junior, C. B. de. (2018). *Deficiência física neuromotora: Um estudo das políticas e seus desdobramentos na educação infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Almeida, I. C. de. (2004). Intervenção precoce: Focada na criança ou centrada na família e na comunidade. *Análise Psicológica*, 22(1), 65-72. <https://doi.org/10.14417/ap.130>.

Bastos, F. R. O. (2018). acesso de crianças e adolescentes com deficiência à proteção social: um estudo em serviços de acolhimento institucional. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos). Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.

Batista, R. M. M. (2012). *O atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais em creches e pré-escolas da rede municipal na cidade de São Luís/MA*. 177 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

Benincasa, M. C. (2011). *Educação especial e educação infantil: Uma análise de serviços de apoio especializado no município de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Brasil. (1995). *Diretrizes Educacionais sobre estimulação precoce: O portador de necessidades educativas especiais*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. Recuperado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002557.pdf>.

Brasil. (1996, Dezembro 23). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Recuperado Junho 12, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

Brasil. (2000). *Referencial curricular nacional para a educação infantil: Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais*. Brasília, DF: MEC.

Brasil. (2008). Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC.

Brasil. (2014, Junho 26). Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Recuperado Junho 12, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Brasil. (2015). *Lei n.º 13.146/2015. 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília/DF.

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Ed.), *Handbook of child psychology*. (Vol.1, pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.

Carvalho, L. Almeida, I., Felgueiras, I. & Franco, V. (2016). *Práticas recomendadas em Intervenção Precoce na infância: Um guia para profissionais*. ANIP. <http://hdl.handle.net/10174/20313>

Conferência Nacional de Educação (CONAE). (2010). *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias, Documento Final*. Brasília, DF: MEC.

Dunst, C. J., & Trivette, C. M. (2009). Capacity-building family-systems intervention practices. *Journal of Family Social Work*, 12(2), p. 119-143. <https://doi.org/10.1080/10522150802713322>.

European Agency for Development in Special Needs Education [EADSNE]. (2005). *Intervenção precoce na infância: Análise das situações na Europa. Aspectos-chave e recomendações*. Bruxelas, European Agency for Development in Special Needs Education. <http://www.european-agency.org/>.

Fernandes, P. R. S., Serrano, A. M. S. P. H., & Barba, P. D. (2016). Diálogos sobre a intervenção precoce. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 16, 373-377. <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12161>.

Ferreira, G. S. (2016). *Políticas públicas de inclusão na educação infantil: Um estudo em creches do município de Franca*. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas). Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca.

Fonseca, C. (2012). Tecnologias globais de moralidade materna: As interseções entre ciência e política em programas "alternativos" de educação para a primeira infância. In C. Fonseca, F. Rohden, & P. S. Machado. *Ciências na vida: Antropologia da ciência em perspectiva* (pp. 253-275). São Paulo: Terceiro Nome.

Franco, V. (2007). Dimensões transdisciplinares do trabalho de equipe em intervenção precoce. *Interação em Psicologia*, 11 (1), 113-121. <https://doi.org/10.5380/psi.v11i1.6452>.

Freire, S. (2008). Um olhar sobre a inclusão. *Revista de Educação*, 16(1), 5-20.

FMCSV - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. (2018). *Políticas internacionais para a educação infantil: Experiências de 12 países no atendimento de crianças de 0 a 3 anos*.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018*. Rio de Janeiro: IBGE.

Kuhnen, R. T. (2011). *Os fundamentos psicológicos da educação infantil e da educação especial na organização da rede municipal de ensino de Florianópolis (2000-2010)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

López, G. M. B. (2010). *As políticas de educação inclusiva para a educação infantil no Brasil: Anos 2000*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Marini, B. P. R., Lourenço, M. C., & Della Barba, P. C. D. S. (2017). Revisão sistemática integrativa da literatura sobre modelos e práticas de intervenção precoce no Brasil. *Revista Paulista de Pediatria*, 35(4), 456-463. <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2017:35:4:00015>.

McWilliam, P. J. (2003). Práticas de intervenção precoce centradas na família. In P. J. McWilliam, P. J., Winton, & E. R. Crais (Orgs.). *Estratégias práticas para a intervenção precoce centrada na família* (pp. 9-22). Porto Editora:

Meirelles, M. C. (2016). *Educação Infantil e Atendimento Educacional Especializado: Configurações de serviços educativos no Brasil e na Itália*. 2016. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Miranda, C. F. S. (2010). *Indicadores da qualidade na educação infantil relacionados à criança com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Programa de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

Monteiro, J. C. (2015). *O processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil: Desafios da prática pedagógica*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

Oliveira, A. do N. P. de. (2015). *Políticas de Inclusão Escolar na Educação Infantil: Um Estudo no Município de Cariacica-ES*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.

Oliveira, C. B. de. (2011). Infância e deficiência no Brasil: uma história de ocultação e silenciamento. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 19, p. 1-18.

Oliveira, S. G. (2009). A garantia do direito à educação de crianças e adolescentes com deficiência no município de Frederico Westphalen. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Organização Mundial da Saúde. (2003). *CIF: Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde*. São Paulo: EdUSP.

Organização Mundial de Saúde. (2012). *Relatório mundial sobre a deficiência*. World Health Organization, The World Bank. São Paulo: SEDPcD.

Pereira, A. P., & Serrano, A. M. (2010). Abordagem centrada na família em intervenção precoce: perspectivas histórica, conceptual e empírica. *Revista diversidades*, 27, p. 4-11.

Pinheiro, F. C. (2015). *A inclusão de crianças com deficiência intelectual em creches e pré-escolas: Dificuldades e possibilidades*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, Maranhão. 2015.

Ribeiro, R. da S. (2016). *Política paulistana de Educação Especial e Infantil para crianças pequenas público-alvo da Educação Especial*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sameroff, Arnold J., Mackenzie, & Michael J. (2003). A Quarter-Century of the Transactional Model: How Have Things Changed? *Zero to Three (J)*, 24(1), 14-22.

Serrano, A. M., Pereira, A. P., & Carvalho, M. L. (2003). Oportunidades de aprendizagem para a criança nos seus contextos: de vida família e comunidade. *Psicologia*, 17(1), p. 65-80. <https://doi.org/10.17575/rpsicolv17i1439>.

Silva, C. N. O. (2019). *Primeira infância e situações de deficiências: Elementos para uma análise do (não) direito à educação*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

Souza, F. C., & Prieto, R. G. (2016). Plano Nacional de Educação e educação especial. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 16, p. 841-845, 2016. <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12224>.

UNICEF. (2013). *Situação Mundial da Infância 2013: Crianças com deficiência*. 2013. Recuperado Junho 12, 2019, de https://www.unicef.org/brazil/pt/PT_SOWC2013ResumoExecutivo.pdf.

Vitta, F. De, Silva, C. C. B., & Zaniollo, L. O. Educação da criança de zero a três anos e Educação Especial: Uma leitura crítica dos documentos que norteiam a Educação Básica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22(1), p. 9-26, 2016. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000100002>.

Young, M. E. (Org.). *Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano: investindo no futuro de nossas crianças*. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.

Marlene Rozek

Pós-doutora em Psicologia da Educação e Educação Especial. Mestre e Doutora em Educação. Professora pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da PUCRS.

Gabriela Dal Forno Martins

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil), professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em Porto Alegre, RS, Brasil.

Endereço para correspondência

Marlene Rozek

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Av. Ipiranga, 6.681, Prédio 8, sala 304

Partenon, 97010-082

Porto Alegre, RS, Brasil